

PSICOLOGIA, RAÇA E GÊNERO: INVESTIGAÇÕES SOBRE UMA ESCUTA CLÍNICA FEMINISTA ANTIRRACISTA

LUISA LISLIE BOTH GRIEBLER¹; MARIA LUÍSA PEREIRA DE OLIVEIRA²;
MIRIAM CRISTIANE ALVES³

¹Universidade Federal de Pelotas – luisagriebler@gmail.com

²Universidade Federal do Rio Grande do Sul – marialuisa.tk@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – oba.olorioba@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Projeto de extensão Diz Aí tem como proposta uma escuta feminista antirracista. Em um movimento fenomenológico de dar um passo atrás e questionar as coisas que estão como dadas eu me questiono: o que é uma escuta feminista antirracista? O objetivo do trabalho é refletir sobre o que pode uma escuta clínica feminista e antirracista e como é possível realizá-la a partir de uma perspectiva implicada, localizada e interseccional.

Do que estamos falando quando nos movemos para uma escuta feminista antirracista? Essa é a minha inquietação para essa escrita. Elaborar sobre uma escuta ético-política que localiza de onde e como se escuta; que compreende raça, gênero e classe como estruturantes da experiência no mundo, apostando em uma clínica comprometida com o enfrentamento das opressões racistas e sexistas.

Desde o lugar de uma graduanda em psicologia em uma universidade pública - jovem, mulher branca e cisgênero - tenho problematizado de que lugar o corpo branco escuta, como escuta e como a branquitude repercute nos processos terapêuticos com pessoas negras. O que pode ser uma escuta feminista antirracista desde o lugar de um corpo branco? Quais as possibilidades de uma escuta clínica feminista antirracista na psicologia?

Este é um estudo construído muito mais por perguntas do que por respostas, de modo que sua potencialidade está na possibilidade de elaboração e de posicionalidade da escuta clínica a partir das minhas experiências nos Estágios Específicos I e II, do currículo do curso de psicologia da Universidade Federal de Pelotas. Aposto na reverberação de meus questionamentos sobre outros corpos brancos, de outras estudantes de psicologia em formação.

2. METODOLOGIA

O Projeto de extensão Diz Aí está localizado no Serviço Escola de Psicologia (SEP) da Universidade Federal de Pelotas. O Projeto disponibiliza espaços de encontro e acolhimento para pessoas que estão em sofrimento ou compartilham de experiências envolvendo violências racistas, sexistas e lgbtfóbicas. Ele oferece o serviço de acolhimento na modalidade presencial, que se assemelha à dinâmica de plantão psicológico, quando uma ou duas estagiárias recebem a pessoa individualmente para tratar sobre questões pontuais.

O Diz Aí também disponibiliza espaços coletivos de escuta, atualmente com três grupos em andamento: um na modalidade presencial, outro onde os encontros acontecem de forma remota, que é constituído apenas por mulheres no momento, e o terceiro que acontece no território onde moram suas participantes, também mulheres. O grupo na modalidade remota surgiu com a necessidade de

manter as atividades do Projeto em curso durante o período de isolamento físico e suspensão das atividades presenciais da universidade decorrente da pandemia de COVID-19 no Brasil. As atividades presenciais foram suspensas a partir de março de 2020 e retornaram em agosto de 2021, e com o início do período letivo e de estágio, a nossa participação no grupo iniciou em março de 2022 e perdura até o momento. O terceiro grupo acontece no território do bairro Dunas da cidade de Pelotas. Ele está em processo de consolidação e conta com participação de duas estagiárias do Projeto e de uma moradora da comunidade. As atividades presenciais do Diz Aí acontecem nas dependências do Serviço Escola de Psicologia, localizado no Centro de Epidemiologia da UFPel no centro da cidade de Pelotas. O espaço é compartilhado com o Serviço Escola de Terapia Ocupacional (SETO).

A proposta do Projeto é disponibilizar espaços seguros de escuta terapêutica para acolher pessoas em sofrimento psíquico ou com questões transversalizadas por questões de raça, gênero e sexualidade. E como caminho metodológico para conduzir elaborações a respeito dessa escuta, elencamos o método fenomenológico. A fenomenologia, enquanto campo da filosofia, busca empreender uma busca pela verdade, e isso através do recurso da redução fenomenológica (FORGHIERI, 2002). Em um movimento de transposição do método fenomenológico da filosofia para a psicologia, a busca passa a ser pelo sentido que uma experiência tem para a pessoa (FORGHIERI, 2002).

E o recurso da redução fenomenológica contribui no sentido de proporcionar um movimento de entrar em contato com os conhecimentos construídos previamente a respeito da experiência, para atentar ao fenômeno como ele se mostra, no intuito de acessar o vivido, em um movimento de “retornar ao mundo da vida” (FORGHIERI, 2002, p. 59). Esses conhecimentos cristalizados sobre as experiências caracterizam a atitude natural, quando tomamos a realidade como dada e naturalizada. O movimento de me questionar sobre os sentidos de uma escuta clínica feminista antirracista conduz um caminho fenomenológico no sentido de desnaturalizar a escuta clínica enquanto psicóloga em formação e acessar a minha experiência e as de quem escuto em face de entrar em contato com os sentidos do vivido. E isso, a partir de um processo de situar-se nos processos de escuta, de acordo com as perspectivas de HARAWAY (2009), compreendendo de que lugar eu escuto e como as questões de gênero e raça constituem a minha escuta.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É essencial para uma postura antirracista enquanto pessoa branca se situar nos lugares que a branquitude ocupou e ocupa nas relações raciais brasileiras, em um movimento de pensar qual o papel das pessoas brancas nas desigualdades sociais e e raciais, deslocando o racismo como um problema das pessoas negras (BENTO, 2002). Importante salientar que “não falar sobre o racismo pode aumentar a sensação de que ele é um problema do outro” (ROSA; ALVES, 2020).

Enquanto graduanda do curso de psicologia e mulher branca, passo a compreender que é preciso considerar a branquitude como um aspecto que constitui a minha escuta e presença no espaço da clínica. É preciso permitir aparecer as hierarquias raciais - historicamente construídas pela lógica colonial -, nas relações terapêuticas, para assim refletirmos sobre a repercussão dos nossos corpos brancos no processo terapêutico.

Reconhecer as expressões de violências racistas nas narrativas das pessoas a quem estamos ouvindo em um movimento de qualificar a escuta clínica, nos possibilita criar “campos de possibilidades para enfrentamento do racismo na prática profissional de psicólogos(as)” (ROSA; ALVES, 2020). Além disso, pontuar o caráter ético-político das nossas experiências enquanto psicólogas em formação, torna-se fundamental para o haver-se com a branquitude e os efeitos que ela produz em nossa escuta. Falo de um processo que envolve o reconhecimento das violências que nosso próprio corpo branco produz sobre a experiência singular e coletiva das pessoas negras que atendemos; e que necessita ser vivenciado, elaborado, significado na experiência com a pessoa atendida, sempre colocando em questão a branquitude do terapeuta.

KILOMBA (2019) pontua a diferenciação entre o caráter de próprio e pertencente conferido aos corpos de pessoas brancas em contraste com os corpos de pessoas negras que diante da branquitude são produzidos como impróprios e impossibilitados de pertencer. Atentar para a construção da forma como os corpos habitam o espaço da clínica é essencial para a consolidação do vínculo e o processo terapêutico.

Temos como desafio perceber os sentimentos de inadequação vividos pelas pessoas negras frente aos lugares e nas relações estruturadas pela branquitude; sentimentos de insegurança e insuficiência em relação a si próprios, às atividades desempenhadas no cotidiano, às relações amorosas, na perspectiva de localizarmos o que é da branquitude. Necessitamos compreender que a branquitude produz nas pessoas negras a necessidade se dedicarem mais para ser melhor, ou seja, essa é a expressão da violência racista sobre corpos negros (ROSA; ALVES, 2020).

As narrativas sobre a violência racista precisam ser tomadas no espaço da escuta clínica não como informações privadas, “mas sim relatos de racismo” que produz efeitos em uma coletividade (KILOMBA, 2019, p. 57), cujas singularidades são vivenciadas por cada pessoa negra. Trata-se de identificar a dimensão coletiva a partir de uma experiência singular como a expressão de vetores estruturantes de nossas experiências no mundo, entre eles a raça e o gênero.

Minhas experiências na escuta clínica têm ratificado que é preciso atentar para como o racismo se mostra nas relações terapêuticas. Para isso, necessitamos de um olhar interseccional que amplie as possibilidades de acessar as experiências com quem está conosco, como também para como as nossas experiências enquanto psicólogas em formação irão afetar as nossas formas de ouvir e estar com a pessoa, bem como os processos de consolidação do vínculo terapêutico. AKOTIRENE (2018) contribui com essa perspectiva quando sublinha que a interseccionalidade atua no sentido de dar “instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatricado” (p. 14).

Para a construção de uma escuta clínica feminista antirracista, necessitamos nos implicar com uma atitude localizada e crítica, para a compreensão da complexa sobreposição e entrelaçamento das estruturas de opressões que violentam, subjetivam e produzem sofrimento psíquico.

4. CONCLUSÕES

Para uma prática ético-política comprometida com o cuidado e a pluralidade da existência humana, torna-se fundamental o exercício de uma

escuta clínica feminista e antirracista, na perspectiva de implicar-se com o enfrentamento ao racismo e sexismo que estruturam nossa sociedade. Para isso, as pessoas brancas precisam se pensar racializadas numa sociedade hierarquizada pela ideia de raça. Eis uma pista para ampliarmos o debate sobre a branquitude na psicologia e fortalecermos “a discussão referente ao impacto do racismo no sofrimento psíquico das pessoas” (ROSA; ALVES, 2020, p. 4).

Não pretendemos esgotar a discussão com esse trabalho, mas seguir qualificando e abrindo espaço para essas discussões no âmbito acadêmico, sublinhando como significativo ele o é para nossa formação em psicologia. Enfatizamos a importância de trazer essas discussões para os processos de formação, mas também ao longo do exercício profissional na perspectiva de edificarmos uma psicologia ético-política comprometida com a transformação social.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade**. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BENTO, M. A. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (25-58)

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. **Psicologia Fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas**. 3ª edição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 2009.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação - episódios de Racismo Cotidiano** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

ROSA, E. G.; ALVES, M. C. Estilhaçando a Máscara do Silenciamento: Movimentos de (Re)Existência de Estudantes Negros/Negras. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2020, v. 40, n. spe [Acessado 6 Agosto 2022], e229978. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003229978>>. Epub 15 Mar 2021. ISSN 1982-3703.